Bolsas
Na quarta-feira
1,12% São Paulo
0,4% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
109.735 — 105.334
29/12 2/1 3/1 4/1

Na quarta-feira
R$ 5,452
(+ 0,01%)

Dólar

	Últimos
26/dezembro	5,209
28/dezembro	5,287
29/dezembro	5,280
02/janeiro	5,345

Salário mínimo
R$ 1.320

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R$ 5,784

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Julho/2022	-0,68
Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41

GOVERNO LULA

Alckmin: é urgente a reindustrialização

Vice assume o Mdic prometendo recuperar o protagonismo do setor, com maior participação no PIB e nas exportações

» RAFAELA GONÇALVES

Em discurso de posse ao assumir o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços e Inovação (Mdic), o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) defendeu a retomada do protagonismo da indústria brasileira e afirmou que a prioridade da pasta será investir na reindustrialização, com ênfase no desenvolvimento sustentável.

"A reindustrialização é essencial para que possa ser retomado o desenvolvimento sustentável e sob o prisma da justiça social. A indústria brasileira precisa urgentemente retomar seu protagonismo expandido a participação no PIB. As graves mudanças climáticas, o pós-covid e a guerra na Europa indicam a premência de uma política de reindustrialização consensuada com o setor produtivo, a academia, a sociedade e a comunidade internacional", declarou.

A pasta havia sido extinta no início da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), passando ao status de Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, vinculada ao Ministério da Economia. Alckmin, agora, ficará responsável pela articulação do governo federal com o setor produtivo e pela formulação de políticas de desenvolvimento econômico. Ele não poupou críticas à gestão anterior. "Depois de quatro anos de descaso, de má gestão pública e de desalinho com os reais problemas brasileiros, o presidente Lula, com acerto, determinou a recriação do Mdic, como uma medida fundamental para o Brasil retomar o caminho do desenvolvimento como já ocorreu em seus governos bem sucedidos", afirmou.

O ministro pregou urgência na reversão do que caracterizou como "desindustrialização precoce" que o país sofreu nos últimos anos, o que resultou também na queda de exportações de manufaturados.

Ed Alves/CB/D.A Press



Alckmin, com Lula: estratégia será executada mediante diálogo com o setor privado e passa por redução do custo Brasil e reforma tributária

> **É urgente a reversão da desindustrialização precoce ocorrida no Brasil, que reclama uma clara política de competitividade industrial contemporânea**
>
> ***Geraldo Alckmin,*** *ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços e Inovação e vice-presidente da República*

"O momento nos propõe trabalhar incansavelmente pelo emprego, pela distribuição de renda em apoio à indústria, ao comércio e ao setor de serviços. É urgente a reversão da desindustrialização precoce ocorrida no Brasil, que reclama uma clara política de competitividade industrial contemporânea", emendou, lembrando que a indústria, apesar de participação de 11% no PIB, responde por 29,5% da arrecadação tributária.

"O fortalecimento da indústria passa, invariavelmente, pela redução do custo Brasil e pela melhoria do ambiente de negócios no país. Reforma tributária nesse contexto é fundamental", disse o vice-presidente, que defendeu o diálogo com os empresários brasileiros. "Não chegaremos a resultado algum se pretendermos atuar desalinhados com o setor produtivo. O empresariado brasileiro é qualificado, resiliente, atento às transformações e demandas mundiais."

Conselho e BNDES

O vice-presidente e agora ministro elogiou uma das primeiras medidas do novo governo na área, que, segundo ele, deve ditar o ritmo das articulações na pasta: a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNI), que será responsável por uma mesa de discussões e negociações entre os setores público e privado. Alckmin informou também que o Mdic terá na sua estrutura a Câmara de Comércio Exterior (Camex), a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em uma agenda com foco na "reconstrução da competitividade"'.

Segundo Alckmin, o BNDES será a principal alavanca do ministério na retomada da industrialização e da política de desenvolvimento social no país. Disse ainda que o banco deve atuar como um vetor da economia verde no país. Alckmin prometeu também trabalhar em sintonia com os ministros Mauro Vieira, de Relações Exteriores, Luciana Santos, de Ciência Tecnologia e Inovação, e Marina Silva, de Meio Ambiente.

Por fim, destacou que Lula terá sua lealdade e dedicação integral, como vice e ministro, "em prol de uma agenda que contribua para reverter os resultados inaceitáveis que nossa economia vem acumulando nos últimos anos". "A nossa união, Lula não é episódica, de ocasião ou por uma eleição. A nossa união é por um país, por um povo e por seu direito de viver em um país democrático e verdadeiramente produtivo. Tenha em mim presidente Lula aquele em quem o senhor poderá confiar sempre a primeira e mais árdua missão porque é inabalável o meu compromisso com o senhor, seu governo e o nosso país", concluiu.

» Plano atende a sugestões da CNI

O vice-presidente mostrou ter respondido às demandas do empresariado. Na véspera, ele fez uma visita ao presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, quando recebeu um documento com 14 sugestões de medidas a serem tomadas ainda nos primeiros 100 dias de governo. Entre os pedidos estavam a criação de uma nova política industrial focada na transição para uma economia de baixa emissão de carbono, o avanço de uma reforma tributária e a recriação de sistemas de financiamento a exportações e inovação. Alckmin reforçou boa parte desses compromissos durante seu discurso. A CNI pleiteia ainda o aumento do incentivo tributário para as exportações de produtos manufaturados, o Reintegra, e estímulos fiscais para a compra de máquinas e equipamentos.

Fora da privatização, Correios receberão investimentos

» RAPHAEL FELICE

Segundo determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) será retirada do Programa Nacional de Desestatização (PND). O despacho foi publicado na segunda-feira e faz parte de uma ampla revogação de medidas assinadas durante o governo Jair Bolsonaro (PL), que também exclui do PND outras sete estatais.

Apesar da resistência inicial de sindicatos com a indicação de um nome do União Brasil para o Ministério das Comunicações — pasta a que a empresa está vinculada —, o ministro Juscelino Filho ressaltou que a intenção é investir nos Correios.

A mudança de olhar para a empresa trouxe "um sentimento de alívio" aos funcionários. Segundo Marcos César Alves Silva, assessor especial da Associação dos Profissionais dos Correios (Adicap), o governo de Jair Bolsonaro (PL) dava a entender que queria se livrar da companhia a qualquer custo. Em 2022, a empresa teve R$ 1,5 bilhão de lucro.

Na avaliação do servidor, a expectativa de aumento de investimentos é importante a empresa tem vários gargalos, como a falta de trabalhadores. "É preciso reforçar o quadro da empresa. Apesar da queda de demanda de cartas, houve explosão do comércio eletrônico. Desde 2011, a empresa não faz concurso público. Isso prejudica a logística de entrega em alguns locais, além de atrapalhar a qualidade do serviço", disse. Atualmente, a ECT possui 87.351 empregados, 12 mil a menos que os 99.412 de 2019. Segundo Marcos, a empresa chegou a ter 118 mil servidores.

Por outro lado, o compromisso do governo de revogar a estatização dos Correios e de outras empresas foi vista com reserva pelo mercado. Segundo o economista Jefferson Laatus, estrategista do Grupo Laatus, o mercado já esperava esse movimento de Lula, mas não nos primeiros dias de governo.

"A suspensão de privatizações já era esperada, mas o mercado não esperava que fosse tão rápido. Isso o mercado vê com maus olhos, porque teme o uso de estatais para controlar inflação, e distribuir cargos. Em última instância, há receio de que elas sejam usadas como instrumento de corrupção."

Além dos Correios, foram retiradas do PND Empresa Brasil de Comunicação (EBC); Dataprev; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); Serpro; imóveis da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); Petrobras; e Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural (PPSA).

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Funcionários da estatal reclamam da falta de pessoal; empresa não faz concurso desde 2011